

A construção de instrumentos de pesquisa para a documentação do SPI e a busca de novas formas de acesso e diálogo

Carlos Alberto Montes Perez *

Maria Elizabeth Brêa Monteiro **

Sheila Maria Guimarães de Sá ***

Sonia Maria Otero Coqueiro ****

O acervo de documentos históricos e atuais sobre a vida indígena sofreu, no Brasil, freqüentes e graves perdas que diminuem o patrimônio cultural que interessa não só às sociedades indígenas, mas a todo o país. Um dos tristes exemplos dessa situação foi a destruição integral do arquivo central do antigo Serviço de Proteção aos Índios-SPI, há mais de 30 anos, que significou um dano permanente e irreparável aos interesses e direitos desses povos.

Esforços de recolhimento da documentação dispersa produzida por essa agência indigenista deram origem ao atual Serviço de Arquivos – SARQ – criado em 1976 no Museu do Índio com o nome de Centro de Documentação Etnológica (Moreira Neto,1979). Sua atividade prioritária consistia na salvaguarda, controle e organização das informações de caráter etnológico e indigenista contidas na documentação recolhida com vistas à reconstrução tão completa quanto possível do acervo perdido.

A documentação que compõe o inventário analítico intitulado *Documentos textuais do SPI - Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu: subsídios para pesquisa* é parte significativa desse acervo, cuja trajetória expressa o descaso com que o patrimônio documental foi tratado no Brasil. Uma parcela desses documentos foi localizada, na década de 1970, e remetida ao então Centro de Documentação Etnológica para sua guarda.[1] Poucos anos mais tarde, a situação de conflito na área dos antigos postos indígenas gerou uma ação judicial iniciada pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI junto ao Supremo Tribunal Federal-STF para a nulidade de títulos de propriedade incidentes nessas terras ao sul da Bahia. A ação foi fundamentada, em grande medida, nos documentos que se encontravam recuperados no Museu do Índio como contratos de arrendamento, censos, relatórios de atividades. Oriundos dos antigos postos e de outras unidades do SPI - sede da 4ª Inspeção Regional-I.R.4, Diretoria do Serviço - esses documentos consubstanciaram informações fundamentais sobre os direitos das etnias que vivem reunidas naquelas terras que lhes foram reservadas.

Durante todo o século XVIII, uma vasta região compreendendo o sul da Bahia, centro de Minas Gerais e oeste do Espírito Santo esteve protegida e interdita pela Coroa portuguesa. Conformava uma “zona tampão” destinada a impedir o livre acesso às regiões auríferas. Para os índios, essa região de isolamento inviabilizou a continuidade da expansão da área de conquista a partir do litoral em direção ao interior e proporcionou um espaço de refúgio preservado legalmente (Paraiso,1998).

Com o fim do ciclo da mineração, a região foi liberada a todo tipo de iniciativas de exploração, provocando uma intensificação dos contatos com os grupos indígenas que ali se encontravam. Além dos ‘temidos’ Botocudos, dos Kamakan-Mongoió e de frações Macro-Jê, como os Malali, Kumanaxó, Monoxó, Pataxó, Makoni, viviam também na área remanescentes dos Tupinikin.[2] A necessidade de ‘convergir’ esses numerosos índios que vagueavam pelas matas se devia,

principalmente, ao fim da política de aldeamentos (Lei n. 198 de 21.8.1877) e à introdução da cultura do cacau no Estado da Bahia.

O aumento das penetrações nas terras ao sul da Bahia e a atuação do SPI na área compreendida entre os rios Pardo e de Contas, cujos trabalhos de atração tiveram início em 1910, ensejaram que o Estado da Bahia suspendesse a medição de terras devolutas na região (Decreto de 10.3.1926) e reservasse, através da Lei n. 1.916 de 9.8.1926, 50 léguas quadradas de terras, em florestas gerais e acatingadas, destinadas à conservação das essências florestais naturais e gozo dos índios.

Foram reunidas nos postos da reserva do sul da Bahia[3] principalmente quatro etnias, Pataxó-Hã-hã-hãe, Baenã, Kariri-Sapuyá e Tupinikin, oriundas, em sua maioria, dos aldeamentos de Ferradas, Olivença, Salto do Rio Pardo, Cachimbo, Pedra Branca, Santa Rosa.

Possibilidades de diálogo com a documentação

O *Inventário Analítico* foi elaborado a partir da necessidade de acesso e de divulgação da documentação e deriva do trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos 30 anos com os documentos que compõem o acervo do SARQ. Foram usados como fontes de inspiração e orientação catálogos e inventários elaborados não só pelo Museu do Índio, mas também por núcleos de pesquisa e outras instituições como CPDOC, Fundação Casa Rui Barbosa, Universidade do Sagrado Coração, Universidade de São Paulo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.[4] Apesar de, em alguns casos, esses instrumentos tratem de acervos de natureza distinta daquela aqui trabalhada, procurou-se apreender as metodologias empregadas e as diferentes técnicas de acesso aos documentos e adaptá-las aos objetivos pretendidos com base na experiência vivida por pesquisadores do Museu do Índio e de outras instituições.

A leitura do *Inventário* revela seu enfoque central: a situação fundiária. A organização desse material, que seguiu, na medida do possível, a estrutura administrativa do SPI, pautou-se pela preocupação em destacar e reunir os documentos relativos à terra. Essa direção está vinculada, em forte medida, ao contexto em que o próprio Centro de Documentação foi criado, quando havia uma pressão intensa pela regularização das terras indígenas e os processos demarcatórios começavam a se efetivar de forma mais sistemática. Cabe registrar que, a partir de meados da década de 1970, a FUNAI deu início à formulação dos procedimentos administrativos com vistas à demarcação da terras indígenas, ficando a etapa inicial do processo conhecida como identificação.

Não é por acaso que essa documentação é considerada ainda capital para subsidiar processos de identificação e delimitação e de revisão de terras indígenas. A ênfase nos aspectos fundiários e na história da ocupação e uso da terra tem exercido importante papel para o reconhecimento e/ou a recuperação de territórios tradicionais.

Uma análise dessa documentação revela que a história dos Postos Indígenas Caramuru e Paraguaçu[5] se desenrolou em meio a um sistemático e deliberado avanço de frentes agro-pastoris sobre as terras dos índios ali concentrados. As constantes invasões, aliadas às pressões do poder econômico local e ao uso da força policial e militar na resolução dos conflitos sobre a posse das

terras, acabaram por tornar os postos economicamente inviáveis e provocaram a alta dispersão dos remanescentes indígenas. Invasores e arrendatários foram ocupando e concentrando, paulatinamente, maiores quantidades de terras, ao mesmo tempo em que as rendas reais se reduziam devido ao não pagamento das taxas de arrendamento e ao atraso nos reajustes de seus valores. Esse fato gerou forte redução do poder ‘aquisitivo’ dos postos e, conseqüentemente, de sua capacidade de assistir aos índios, o que obrigava, em algumas ocasiões à venda de benfeitorias e gado para honrar compromissos com fornecedores e prestadores de serviços. (FUNAI, 1976)

A elaboração do *Inventário* permitiu perceber, por exemplo, a organização de movimentos reivindicatórios por parte de arrendatários e de outros agentes da política local, ao longo de mais de 40 anos, pela retirada do SPI da área e apropriação completa das terras indígenas. Esse processo, que se desenvolveu com estratégias e intensidade variáveis, veio a concorrer para que a própria FUNAI, em administrações passadas, descredenciasse do direito dos índios sobre aquelas terras, as quais, independentemente da doação feita pelo Estado da Bahia em 1926 e confirmada em 1936, são território tradicional dos grupos que ali vivem.

O tema terra emerge, assim, através dos mais variados tipos de documentos, que também revelam outros aspectos considerados, à época da sistematização do acervo, secundários, tais como inventários de compras de alimentos e remédios para os postos, relação de servidores, entre outros. Não obstante, a indexação desses documentos, à primeira vista de reduzido valor etnológico, mostrou conteúdos de grande interesse para estabelecer, por exemplo, as redes de poder econômico e político na região. A partir da reunião dos recibos de fornecimento de materiais e gêneros diversos, constata-se, dentre outros aspectos, que os proprietários dos estabelecimentos comerciais eram ou se tornaram, com grande freqüência, importantes arrendatários dentro da área da reserva.

A leitura da correspondência originada nos Postos - ofícios, memorandos, telegramas, cartas – evidencia o fato de que os encarregados empregavam grande parte de seus esforços administrando contratos de arrendamento e as relações com os arrendatários,^[6] fazendo supor que a história administrativa do Posto Caramuru-Paraguaçu e sua viabilidade estariam marcadas por sua inserção na disputa por recursos fundiários no sul da Bahia. As freqüentes concessões de arrendamentos e aditamentos de áreas, bem como a regularização de invasões, por meio do recurso à autorização de novos contratos ou transferência de posses, estimulam reflexões sobre o papel do Posto e dos contratos de arrendamentos como instrumentos de mediação dos conflitos agrários na região de Itabuna.^[7] Os registros inventariados fornecem dados que podem subsidiar essa e outras linhas de pesquisa que busquem entender os mecanismos administrativos da repartição e distribuição de terras nos postos indígenas.

O *Inventário* pode também contribuir para subsidiar os processos de reconhecimento de identidade étnica de vários grupos indígenas, não só pela própria organização e descrição dos documentos, como pela elaboração de índices toponímicos que fornecem indicações físico-geográficas das regiões onde o SPI atuou, o que, muitas vezes, possibilita confrontar relatos atuais com dados sobre localização, assentamento, perambulação, entre outros.

Os documentos inventariados resultaram da ação do órgão indigenista oficial, ao longo de mais de 50 anos de existência, o que significa dizer que são documentos de Estado que manifestam diferentes momentos e conjunturas políticas do país. Por conseguinte, constituem fontes ricas para o entendimento do processo histórico das relações entre índios e a sociedade nacional.

Tendo em vista que a documentação trabalhada é parte de um fundo documental produzido pelo SPI, termos e conceitos tratados neste Inventário são recorrentes em outros acervos, isto é, em conjuntos documentais de diferentes inspetorias regionais. Nesse sentido, por exemplo, a política de arrendamento ou a instituição da polícia indígena são temas abordados na documentação do Caramuru e Paraguaçu e na de outros postos indígenas.

O *Inventário* apresenta uma tipologia documental característica do serviço público com particularidades inerentes à ação indigenista do SPI. Os resumos dos documentos – verbetes – seguiram o mais próximo possível a linguagem do próprio documento, respeitando a terminologia e as expressões usadas à época. Algumas vezes, dada a peculiaridade ou singularidade do texto, foram transcritos pequenos trechos que ilustram o contexto em que a documentação foi gerada. Nessa perspectiva, optou-se pela manutenção de categorias e expressões próprias ao órgão oficial como ‘atração e pacificação’, ‘patrimônio indígena’, ‘renda indígena’, ‘assistência a índios’. Com os termos menos usuais, montou-se um glossário com as respectivas definições.

Ao lidar com a produção de administradores não se pode deixar de identificar quem e por que escreveu, de inserir o documento no contexto mais amplo da política indigenista. Esses documentos devem ser analisados considerando-se a construção da imagem dos índios pelos administradores, as posições e crenças pessoais, os eixos norteadores da política emanada do Estado, o grau de especificidade ou amplitude das leis e propostas e a classificação atribuída aos grupos indígenas no momento da elaboração do documento. Mesmo os ‘silêncios’ ou a ausência de informação com relação aos índios ou outro aspecto são dados significativos para a compreensão da realidade dessas populações naquela *situação histórica*.

Cabe registrar que, como parte do *Inventário*, elaborou-se um índice onomástico e intitutivo a partir do qual é possível perceber as articulações e inserções do SPI no aparelho de Estado e com outras instituições não governamentais e traçar as diferentes trajetórias dos servidores do órgão ao longo do período abordado pela documentação.

O *Inventário* e seus ‘instrumentos de busca’ permitem, assim, relacionar texto e contexto, estabelecer os nexos entre as idéias contidas nos documentos, as formas pela quais elas se exprimem e o conjunto de determinações que presidem a produção e circulação dos discursos.

Metodologia da construção do instrumento de pesquisa

A adoção de uma metodologia que atendesse às exigências das técnicas de descrição arquivística e do exercício antropológico da observação de relações e significados constituiu um desafio e um estímulo permanentes à equipe. Elaborado pela área de pesquisa como um instrumento de acesso a informações do arquivo textual, o *Inventário* envolveu em seu preparo procedimentos metodológicos e técnicos próprios a ambas as áreas de conhecimento. Seu desenvolvimento abrangeu, portanto, linhas complementares e inter-relacionadas de trabalho, voltadas tanto para a sistematização das fontes textuais, quanto para seu tratamento descritivo e analítico, visando, principalmente, identificar temas e propor categorias temáticas que auxiliassem sua recuperação.

Assim, com o objetivo de desenvolver uma metodologia destinada a indexar e recuperar os documentos textuais que compõem o Fundo SPI, fez-se, inicialmente, um recorte espaço-temporal e temático do material, delineando como universo de pesquisa o conjunto documental referente à subsérie Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu, no período 1910 a 1967. Tal escolha se deu em função de ser este o local por excelência de produção e armazenamento da memória documental administrativa referente aos grupos indígenas do sul da Bahia - os atuais Pataxó Hãhãhãe, Kariri e outras etnias abrigadas sob uma mesma designação - notadamente no tocante às suas reivindicações territoriais, consubstanciadas nos processos que ora tramitam no STF e na FUNAI, e suas repercussões para a reflexão sobre os eventos que marcaram os 500 Anos do Brasil.

As fontes textuais que conformaram o universo delimitado para a elaboração do *Inventário* estão reunidas em, aproximadamente, 26 mil fotogramas, de um total de 500 mil documentos que compõem o Fundo SPI. A abordagem desse universo de dados primários incluiu etapas dedicadas, inicialmente, à seleção e exame de microfiches, leitura, análise e fichamento dos documentos pertinentes ao tema em estudo e, em seguida, à descrição pormenorizada, redação e ordenação cronológica dos registros documentais que iriam compor o *Inventário*.

Obteve-se, então, o conjunto de textos, sob a forma de resumos ou verbetes, que constituem o *corpus* documental do qual foram extraídos, e ao qual se reportam, os termos destinados à sua recuperação temática, aqui denominados descritores. Esse *corpus* é formado, até o presente momento, por aproximadamente 2.000 verbetes, para os quais foram propostos 34 descritores temáticos e 79 subdescritores.

Embora tenham a finalidade prática de servir de instrumentos que facilitem a busca da informação, os descritores não deixam de ser interpretações, dentre outras possíveis, produzidas sobre a documentação e a temática tratadas. Pressupõem, portanto, quadros conceituais e enfoques históricos e antropológicos específicos, os quais, por sua vez, informam o grau de aproximação e familiaridade dos pesquisadores com o seu objeto. Em consequência, os termos tópicos selecionados privilegiam e iluminam aspectos considerados relevantes a partir desses referenciais.

A par desse entendimento, buscou-se indicar descritores temáticos suficientemente amplos para classificar a informação com menor incidência de erros de interpretação, vinculando-os, em diversos casos, a subdescritores que expressassem conteúdos específicos extraídos dos documentos, incluindo, sempre que aplicável, alguns de interesse etnológico.

A construção de um descritor temático pautou-se pela sua discussão conceitual. Categorias e conceitos a elas associados foram sistematicamente examinados, discutidos e revistos.[8] Tal procedimento, adotado sobretudo na etapa dedicada à análise dos textos e à proposição de termos para referenciá-los, imprimiu ao processo de trabalho um caráter dinâmico, de constante reavaliação crítica, a partir de sucessivas releituras, reinterpretções e redefinições de conteúdos e aspectos percebidos nos documentos por cada membro da equipe. Com isso, pretendeu-se definir termos de busca que demonstrassem capacidade descritiva e explicativa suficiente para se tornarem ferramentas úteis de pesquisa. A opção por um determinado descritor temático, no entanto, sempre foi passível de novo entendimento e retificação[9] em função de novos dados e recortes, fruto de outros pontos de vista surgidos ao longo do trabalho.[10]

A definição de descritores abrangeu, igualmente, outros procedimentos e critérios de ordem metodológica destinados a validar, ou invalidar, sua escolha. Desde a fase inicial de tratamento dos textos, voltada para o contato preliminar e familiarização com o material a ser trabalhado, foram sendo levantadas questões e identificados aspectos considerados relevantes face aos objetivos do projeto e ao enfoque adotado.^[11] Além dessa exploração da área buscando mapear 'territórios' temáticos, a escolha de descritores procurou também contemplar temas que configuram objeto de interesse de pesquisas e consultas realizadas com base nessa documentação pela própria equipe e por outros pesquisadores.

Sempre que se considerou necessário revalidar a pertinência e representatividade de um descritor proposto em relação a um tema mais complexo ou polêmico, adotou-se o procedimento técnico de reunir todos os verbetes a ele referentes e verificar sua adequação comparando-se, exaustivamente, todos os casos implicados. Essa técnica propiciou uma escolha mais rigorosa de alguns descritores, bem como reformulações ou criação de outros que melhor se adaptassem à recuperação e cruzamento de dados, além de sua correção e complementação. Em algumas situações, o retorno ao documento primário, já com uma visão de conjunto dos descritores temáticos em relação aos respectivos verbetes, fez com que estes se tornassem mais precisos e ricos em conteúdo. Em outras, corrigiu falhas de interpretação e omissões.

A ordenação cronológica dos verbetes possibilitou uma leitura dos conteúdos dos registros documentais e dos descritores de forma ainda mais sistemática e crítica. Dispostos em sua seqüência temporal de origem, os textos adquiriram novo significado e dimensão histórica, para além dos limites do documento, recuperando-o em sua totalidade e reconduzindo-o ao seu tempo e espaço específicos. Datada e localizada, a situação a que o texto se refere passa a ser entendida dentro da dinâmica do processo em que foi gerada.

Criaram-se, assim, novas condições para testar, avaliar e reavaliar a utilização de alguns descritores quanto à sua aplicabilidade e eficácia no resgate do contexto histórico específico ao qual o verbebo estava referido. Em alguns casos, como os recibos de pagamento de arrendamento ou termos de morte de animal, os documentos foram agrupados por períodos cronológicos mais longos, chegando-se à sua reunião por mais de uma década. Esse procedimento auxilia a visão de conjunto e permite perceber continuidades ou descontinuidades de ações administrativas.

Dada a natureza administrativa da documentação, abrigando, apenas ocasionalmente, correspondências sobre assuntos diversos ou mesmo particulares – que, contudo, tramitavam através do posto, centralizador da circulação dos documentos e intermediário entre as várias instâncias do órgão tutelar - os descritores relacionam-se, em sua maioria, a aspectos do exercício efetivo da *administração dos postos*^[12]. Categorias temáticas a eles referentes são recuperadas, no *Inventário*, por meio de termos de busca selecionados em função do objetivo específico da ação executada: normativo, arrecadador ou provedor, patrimonial, estatístico e contábil, policial ou fiscalizador, além de propriamente assistencial. Destacam-se, ainda, nos documentos, e, portanto, com reflexos em seus descritores, as atividades empreendidas em favor do desenvolvimento da *lavoura*, da *criação e pecuária*, envolvendo o emprego de recursos no *abastecimento de implementos agropecuários*, na *prestação de serviços* - como, por exemplo, de *roçagem e plantio* para as lides agrícolas e para a formação de *mangas pastoris* - ou mesmo para a construção de *estradas*, que facilitavam o escoamento e a *comercialização de produtos dos postos*, dentre os quais *laticínios*, *avicultura* e outros provenientes dos *ofícios e indústrias* implementados pela administração.

Além disso, por se tratar de documentos cuja temática é predominantemente fundiária, a seleção de termos explicita aspectos que auxiliam recuperar ações, relações, interesses e concepções dos segmentos sociais que integram as esferas de ordem econômica, política e jurídica abrangidas pela atuação dos postos, no trato cotidiano de assuntos e questões envolvendo, sobretudo, o uso e a apropriação da *terra*. Dessa forma, os termos de busca dizem respeito, diretamente, ao estabelecimento de *acordos e indenizações* entre *arrendatários*, visando ao *pagamento* de dívidas e cobranças relativos a *arrendamentos*, a *benfeitorias* e à solução de *queixas e denúncias* que, com frequência, eclodiam em *conflitos e litígios*, acirrados por *invasões e ocupação irregular de terra* ou questões de *cercas e limites*; e, ainda, *crimes e ocorrências* ou atos de *violência*, que, por sua vez, acarretavam *inquéritos e diligências* e mesmo *demandas judiciais* junto a diversos foros do poder judiciário.

A partir de uma perspectiva temporal, pode-se traçar, igualmente, alguns padrões administrativos da unidade tutelar, que expressavam momentos específicos do indigenismo oficial, possivelmente associados à sua subordinação a distintos ministérios, e refletindo, em certa medida, o ideário dominante em cada época. Nesse sentido, a leitura do *Inventário* permite acompanhar, dentre outros aspectos, os períodos de predomínio de determinados mecanismos, concebidos pelo SPI, com base nos regulamentos e dispositivos da *legislação* indígena, e implementados por intermédio, principalmente, da 4ª *inspetoria regional*. Estes resultaram em medidas concretas, no âmbito da *reserva indígena*, quanto à utilização da *terra* e dos *recursos naturais*, da *renda* e do *patrimônio indígena*, com a sucessão de ações concentradas, seja na *concessão, aditamento e transferência* de áreas para *arrendamento*, ou atividades extrativas - implicando, com frequência, *desmatamento* e outros danos ao *meio ambiente* - seja em sua *regularização, suspensões e indeferimentos*. ou, ainda, seja no atendimento a demandas indígenas por *posse da terra*.

Conquanto, em sua maioria, focalizem temas relacionados à implementação da política voltada para os arrendamentos, os registros documentais não deixam, sem dúvida, de abordar aspectos da função assistencial aos índios, da qual, em última instância, derivariam, estatutariamente, as demais questões tratadas pela administração. Para a elaboração deste instrumento de pesquisa, foi necessário, no entanto, 'garimpar' nos textos as raras e amiúde incompletas referências à população indígena reunida nos postos, de modo geral reduzida a meros números em tabelas e levantamentos demográficos, não muito diferente dos *inventários* e arrolamentos de bens e *semoventes* realizados pelas unidades administrativas. O conjunto de descritores temáticos selecionados refletiu essa realidade. Não obstante, diversos termos de busca foram associados aos setores por meio dos quais a *assistência a índios* se exerceu, principalmente com finalidade educacional, médica, habitacional e alimentar, dentre outras.

Os índios são o principal argumento político-ideológico da ação do órgão tutelar e razão da existência da própria documentação pesquisada. Os documentos registram a utilização de diversas categorias classificatórias a eles referenciadas (Lima, 1995), as quais podem ser recuperadas no *Inventário* por meio de sua associação ao descritor *política indigenista*: “índio puro”, “índio da mata”, “índio nômade”, “índio sedentário”, “índio por descendência”, “índios esparsos”, “índio mestiço”, “índio civilizado”, “caboclo”, etc. Ao incluir a recuperação dessas categorias no instrumento de pesquisa, pretendeu-se registrá-las como ‘pistas’ que conduzam a uma reflexão sobre as classificações dos índios e as ações propostas em relação a cada uma delas, em momentos específicos da história do P.I. Caramuru-Paraguaçu.[\[13\]](#)

A proposição do descritor *política indigenista* objetivou dar conta também das situações em que se expressam na documentação as concepções, *normas e procedimentos* de um segmento do poder do Estado que tinha como tarefa legal a tutela desses povos e a proteção de seu patrimônio. O SPI forjou estratégias específicas para a consecução de seus objetivos e práticas ao longo de sua existência, tais como a criação do *conselho indígena*, o fornecimento de *declaração de indianidade* e as conseqüentes categorias de índios, entre outras, que foram operacionalizadas em ações cotidianas pela *administração dos postos* e seus agentes.

Optou-se por manter a designação genérica *índios* como descritor em vista de sua recorrência na documentação em estudo, paralelamente às classificações mencionadas. Com isso, assegura-se a recuperação de uma categoria que integra o discurso indigenista – e, de modo geral, do senso comum, ainda hoje – por meio dos textos que registram sua prática administrativa. Nestes, as referências aos “índios” carecem, a bem da verdade, de especificidade e diferenciação, mas são, em si mesmas, significativas, se interpretadas à luz de uma reflexão sobre o sistema de representações a que remetem. Caberia investigar em que medida estariam reproduzindo uma visão frequentemente generalizadora e homogeneizante da sociedade em geral, e do pensamento indigenista em particular, com relação à pluralidade de etnias sob a proteção do órgão tutelar, no sul da Bahia como em outras áreas.

O descritor *índios* foi utilizado em todas as situações em que estes são os sujeitos diretos da ação administrativa, ou quando protagonizam por si próprios a ação. A esse descritor foi vinculada uma listagem das *etnias* citadas nos documentos pesquisados, como subdescritores temáticos: Baenã, Borum, Guarani, Gerén, Hãhãhãe, Kamakan, Kariri, Maxacali, Mongoió, Naque-Namu, Pataxó, Tupinambá. Cabe observar que as referências aos nomes de distintas etnias, embora nem sempre muito precisas, geralmente se verificam nos documentos acerca das expedições e excursões de mapeamento da região quando dos processos de *atração e pacificação*.

Apesar do conteúdo genérico das raras informações sobre *índios* - extraídas de documentos administrativos elaborados, aparentemente, sem a pretensão de apresentar dados de interesse etnográfico - procurou-se, sempre que possível, destacar qualquer registro de aspectos relacionados ao modo de vida das sociedades indígenas mencionadas nos textos, em particular dos Pataxó, como passaram a ser denominados, na região, os membros das diferentes etnias reunidas nos postos Caramuru e Paraguaçu. Dessa forma, foram incorporadas ao instrumento de pesquisa, por meio de descritores específicos, as referências a relações familiares entre *parentes e afins*, seus *deslocamentos e transferências*, o reconhecimento de *direitos indígenas*, sua *ação política*, atividades econômicas e inserção no mercado de trabalho como *mão-de-obra*, dados de sua população, bem como nomes pessoais e de aldeias, recuperados, respectivamente, nos índices onomástico e toponímico do *Inventário*.

Por fim, a proposição do subdescritor temático *relatórios técnicos* surge para recuperar as informações contidas nos vários relatórios produzidos sobre os Postos Caramuru e Paraguaçu nas diferentes instâncias administrativas do SPI. Procurou-se destacá-los dentro da documentação por apresentarem, em diversos casos, conteúdos informativos relevantes para a compreensão dos procedimentos administrativos adotados e seus desdobramentos. As primeiras viagens de inspeção ao sul da Bahia visando a *instalação* de um posto para atrair os índios “dispersos” da região; os levantamentos referentes à *demarcação* das terras do P.I. Catarina Paraguaçu; os conflitos com os segmentos representativos do poder e da *política regional* pela apropriação das terras do Posto; as avaliações sobre as constituições dos arrendamentos e as relações com os arrendatários, bem como

os pareceres sobre as *taxas e impostos* cobrados pelo SPI são alguns exemplos dos conteúdos desses relatórios.

Considerações finais

O diálogo possível com os documentos textuais do Fundo SPI, no momento da construção das “provas” para uma identificação positiva (Oliveira Filho, 1994) que consubstanciem a ocupação indígena de um determinado território, dependerá da experiência do pesquisador, do lugar de onde ele fala e com quais objetivos ele fala, mas também, em grande medida, do acesso que lhe for dado às fontes e de sua condição de consulta: se estão organizadas, catalogadas, indexadas.

Tornou-se instigante, por conseguinte, refletir sobre o desenvolvimento de uma metodologia que atendesse aos vários níveis de informação e de formação dos pesquisadores interessados, notadamente as lideranças indígenas que, cada vez mais, procuram ter acesso à documentação do SPI. [14]

Fruto dessa preocupação e, principalmente, do interesse em contribuir para fundamentar as demandas das sociedades indígenas, o *Inventário* representa o resultado do esforço de construção não apenas de um instrumento que forneça subsídios para pesquisas sobre uma determinada série de documentos textuais, mas, também, de uma metodologia de trabalho que contemple novos inventários, futuros desdobramentos e a agregação crescente de informações oriundas de conjuntos documentais congêneres. Sua elaboração exigiu o desafio da criação e aperfeiçoamento de procedimentos metodológicos e técnicos dinâmicos que pudessem auxiliar na melhor apropriação de fontes de informação arquivística; isto é, que possibilitassem o desenvolvimento de uma ferramenta de trabalho e, ao mesmo tempo, produzissem um instrumento eficaz de consulta documental.

A análise temática e a descrição do conjunto documental dos Postos Caramuru e Paraguaçu tiveram como objetivo fazer uma “tradução” que desse conta, com o mínimo de interpretações possível, da informação revelada nos documentos que o compõem. Os descritores destinados a traduzir e penetrar nos conteúdos expressos nos textos tornam-se referência básica para a apropriação do material trabalhado. Visando à formulação de um vocabulário controlado para todo o acervo preservado na instituição, procurou-se dialogar com o documento primário, o verbete sobre ele elaborado e os descritores temáticos a eles referenciados. Esse diálogo tem-se dado de forma interdisciplinar no âmbito do Museu do Índio. (Brasil, 2002)

Em resumo, o *Inventário Analítico* relativo aos *Documentos textuais do SPI - Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu: subsídios para pesquisa* tem uma proposta nada modesta de contribuir para uma reavaliação do processo histórico que engendrou as relações entre as sociedades indígenas e as políticas indigenistas, propiciando repensar a história dos índios a partir da documentação textual, o que significa, em muitas situações, reescrever, como registra John Monteiro, capítulos inteiros da história do Brasil “para que este novo conhecimento do passado possa lançar uma luz menos pessimista e mais justa sobre o futuro dos povos indígenas”. (Monteiro, 1994).

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. et al. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton, 1983.
- BRASIL, Maria Irene. Informatização do acesso aos acervos bibliográfico, arquivístico e museológico da Casa de Rui Barbosa. In: Seminário sobre Museus-Casas, 4, 2000: Rio de Janeiro. *Anais....* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p.252-255.
- CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. *Tempo Brasileiro*: Rio de Janeiro, n.28, p.47-56, jan.-mar. 1972. Tema: Epistemologia.
- FUNAI. *Relatório sobre a história da Reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguassu*. Salvador, 1976. Elaborado por Maria Hilda Baqueiro Paraiso. Convênio FUNAI-UFBa.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
- MONTEIRO, John (Coord.). *Guia de fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1994. p.11
- MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa; BRASIL, Maria Irene. Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil. *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-71, 1998.
- MOREIRA NETO, Carlos A. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. *Arquivo e Documentação*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.12-15, 1979.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, O., Luz, N.; HELM, C.M.V. (Org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 115-139.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*, 1988. Tese (Doutorado em História Social) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História - USP.
- PERES, Sidnei. O arrendamento como uma forma de mediação de conflitos agrários: o SPI e os Fulniô de Águas Belas. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio (Org.) *Política Indigenista: leste e nordeste brasileiros*. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000. p. 65-72.
- SPI. Carta circular de Raimundo Dantas Carneiro, 31 jan. 1957. (SARQ/MI, Microfilme 181 – Fotograma 911).
- _____. Informação de Tubal Vianna Fialho ao Proc. 230-I.R.4/52, 8 abr. 1952, (SARQ/MI, Microfilme 184 – Fotograma 68).

* Bacharel em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais-IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Pesquisador do Serviço de Estudos e Pesquisas do Museu do Índio-SEP/MI.

** Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Antropóloga do SEP/MI, Assistente técnica da FUNAI na perícia antropológica da Ação de Nulidade de Títulos de Propriedade Incidentes na T.I. Caramuru-Paraguaçu.

*** Bacharel em Ciências Sociais, IFCS/UFRJ, Pesquisadora do SEP/MI.

**** Mestre em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, Chefe do SEP/MI.

Este artigo reúne linhas de reflexão e de abordagem próprias a cada um dos autores, respeitadas, tanto quanto possível, em suas formas originais de expressão, ao longo do texto.

[1] O recolhimento dessa documentação foi efetuado pela antropóloga Maria Hilda Banqueiro Paraiso, em julho de 1976, durante levantamento realizado por força de um convênio entre a FUNAI e a UFBA. À época, os documentos encontravam-se em total abandono na sede do P.I. Caramuru.

[2] A grafia dos nomes indígenas seguiu a “Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil”, publicada no *Boletim do Museu do Índio*, n. 8, 1998.

[3] Além dos Postos Caramuru e Paraguaçu, que dão nome ao presente *Inventário*, outras unidades foram instaladas na região para atrair os índios que ali transitavam como os P.I.A. Ajuricaba, P.I.A. Tombo de Areia, P.I.A. Cachoeirinha, P.I.A. Rio Pardo, entre outros. Esses postos, dada a sua natureza e objetivos, perduravam enquanto durassem os trabalhos de atração dos índios dispersos pela região referida.

[4] *Arquivo Gustavo Capanema*, inventário analítico. CPDOC, 2000; *Canudos*: subsídios para a sua reavaliação histórica. FCRB, 1986; *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*: Catálogo 1. EDUSC/FAPESP, 2000; *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*: acervos das capitais. USP/FAPESP, 1994; *Inventário Analítico do Arquivo Permanente do Museu do Índio – FUNAI*: documentos textuais – 1950 a 1994. Museu do Índio, 1997; *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. UERJ, 1995.

[5] Apesar de a subsérie do Fundo SPI aqui examinada chamar-se P.I. Caramuru-Paraguaçu, trata-se de duas unidades administrativas com áreas de atuação e atribuições distintas: P.I. de Criação Caramuru e P.I. de Atração Paraguaçu. Mesmo após a desativação e destruição do Posto Paraguaçu, os documentos ainda continuam fazendo menção a ele como ponto de referência para localização de terras, lavoura, arrendamentos, etc.

[6] As preocupações dos administradores passavam, a tal ponto, ao largo das questões colocadas pelos índios, aos quais deveriam assistir, que o chefe da I.R.4, Raimundo Dantas Carneiro, em fins dos anos 50, determinava aos encarregados dos Postos que, doravante, ficariam coibidas “displicências” com os “casos comuns à vida cotidiana dos nossos curatelados” sob pena de punição pelo não cumprimento da ordem. (Cf. SPI, 1957)

[7] Processo semelhante já foi apontado em relação a outros postos da I.R.4. Ver Peres, 2000.

[8] Segundo o pensamento de Bachelard, expresso no que Canguilhem denomina seu primeiro axioma, relativo ao *primado teórico do erro*, “A verdade só ganha seu pleno sentido ao fim de uma polêmica. Não poderia haver aí verdade primeira. Não há senão erros primeiros.” (Cf. Canguilhem, 1972: 50; cp. Canguilhem *in* Bourdieu *et al.*, 1983: 111).

[9] Este aspecto alude também à preocupação expressa na obra de Bachelard relativa ao esforço de se submeter o conhecimento e os métodos de abordá-lo a uma retificação metódica e permanente, conforme comentado por Bourdieu *et al.* (*ibid.*: 14).

[10] “A submissão do produto do conhecimento à interface das discussões não significa que a verdade seja o resultado dos pontos de vista dos vários estudiosos. Indica, entretanto, que a pluralidade de perspectivas permite lançar diferentes focos de luz dos desconhecimentos a respeito do objeto em questão.” (Minayo, 2000: 241)

[11] Essa atividade corresponderia, em certa medida, ao exercício conhecido também por "leitura flutuante", desenvolvido na etapa de pré-análise temática, em pesquisas qualitativas, e que se caracteriza, segundo Minayo, por uma "leitura exaustiva e repetida dos textos, prolongando uma relação interrogativa com eles." (*ibid.*: 235)

[12] Alguns termos e expressões que constituem descritores no *Inventário* passam a ser assinalados de forma destacada nesta seção do presente trabalho.

[13] Para ilustrar este aspecto, transcreve-se aqui trecho extraído de Informação do inspetor Tubal Fialho Vianna a respeito de sua gestão à frente dos Postos Caramuru e Paraguaçu: "Em tais circunstancias, a braços com tão delicado problêma, nada mais fiz do que, com geito e habilidade, dada a crise por que atravessavam os rendeiros, procurar receber os foros atrasados. Com as escassas e lentas entradas de dinheiro, fui movimentando os Postos, dentro de uma rigorosa compressão de despesas, não somente alimentando na verdadeira extensão do termo, os *índios puros*, como fazendo trabalhos de urgentes necessidades e, ainda, atendendo aos adiantamentos dos empregados assalariados." (SPI, 1952) - grifo nosso.

[14] Recentemente lideranças Pataxó da T.I. Caramuru-Paraguaçu estiveram no Museu do Índio em busca de referências na documentação do SPI sobre o território cuja recuperação reivindicam. Abril/2002.